

ORIENTALISMO E SECURITIZAÇÃO: COMO AS IDENTIDADES ISLÂMICAS INFLUENCIARAM A SECURITIZAÇÃO DO IRÃ NO GOVERNO BUSH

Pedro Henrique Silva de Oliveira¹

Yndira Coelho Soares²

Mariana Tavares³

Resumo: As teorias das Relações Internacionais desde sua origem estudam o Sistema Internacional buscando compreender os comportamentos de seus atores. Apesar de supostamente neutras, as TRIs ao se depararem com Islã reverterem a sua antiga tradição de outracização. Com base na Escola de Copenhague e nas teorias Pós-Coloniais, o presente artigo busca elaborar uma metodologia eficiente de análise para identificar orientalismos nas RIs, a empregando na securitização do Irã pelo governo Bush.

Palavras Chave: Escola de Copenhague, Teoria das Relações Internacionais, Orientalismo, Irã, George W. Bush, Securitização

Abstract: Theories of International Relations since its inception study the international system trying to understand the behavior of its actors. Although supposedly neutral, TRIs in encountering Islam revert to their ancient tradition of alienation. Based on the Copenhagen School and Postcolonial Theories, the present article seeks to elaborate an efficient analysis methodology to identify orientalism in IRs, using it in the securitization of Iran by the Bush administration.

Keywords: Copenhagen School, Theory of International Relations, Orientalism, Iran, George W. Bush, Securitization

¹ Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas

Introdução

As Relações Internacionais (RIs), desde sua origem como disciplina, demonstram pouco interesse pela historicidade crítica, optando por uma visão mais sistêmica e positivista de seu campo. As transformações históricas, parecem tornar-se dispensável perante à característica principal atribuída às RIs. A ideia de "anarquia"⁴ acaba conferindo ao Sistema Internacional (SI) uma espécie de atemporalidade, pois ela seria inerente ao mesmo (SETH, 2013). Como supostamente seus principais atores, Estados Nacionais, estariam restringidos pelos mesmos fatores, suas ações distinguir-se-iam apenas em razão das diferenças das suas capacidades (WALTZ, 1979). Essa compreensão, supostamente neutra e estática do Sistema Internacional, acaba conferindo ao mesmo, um caráter "imparcial", onde não existe valoração e hierarquia histórica. As Teorias de Relações Internacionais acabam escondendo-se sob uma máscara de universalismo.

A pretensão e a necessidade de universalização são os principais argumentos do eurocentrismo⁵, elemento que vem por ser basilar para as teorias canônicas das RIs. Em contraste com as demais organizações e instituições sociais, consideradas "bárbaras", o Sistema Internacional moderno seria horizontalizado, baseado em éticas plurais e sem uma hierarquia única; um sistema civilizado, um ideal a se espalhar pelo mundo. A projeção desse sistema fundamentou-se na soberania estatal, na autodeterminação dos povos e no princípio da não-intervenção⁶ (SETH, 2013). O que se percebe, todavia, são os inúmeros limites que esse "sistema civilizado" encontra, como por exemplo, as dinâmicas políticas nas quais o "Islã"⁷ está inserido - assunto que pretende-se abordar no futuro trabalho.

⁴ A anarquia no Sistema Internacional se refere a ausência de uma autoridade suprema, que detém o monopólio do legítimo do uso da força, tal como o Leviatã hobbesiano. (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

⁵ A construção dos valores eurocêntricos foi feita através de abstenções sistemáticas que são o resultado de uma "amnésia proposital". Essa amnésia advém de uma abstração feita pela disciplina *mainstream* que sistematicamente isola o Ocidente da história mundial e de suas estruturas. Mascando os ideais ocidentais como "racionais", ou "universais" (JONES, 2006).

⁶ Como estipulados na Paz de Vestifália de 1648, considerada objeto constitutivo do Sistema Internacional e mito fundador das Relações Internacionais como disciplina (JONES, 2006).

⁷ Ao se trabalhar com o "Islã", todas as vertentes do mesmo estarão englobadas nessa única nomenclatura, já que o projeto pretende analisar o exercício de orientalização dessa religião, colocando-a como o "outro". Averigua-se, portanto, as consequências criadas por esta dicotomia.

Segundo Jones (2006), a epistemologia das Relações Internacionais recorre à antiga tradição da criação do "outro", ao se deparar com tal temática.

Os atentados de 11 de setembro de 2001 foram um marco para a inserção do tema na agenda internacional. Um processo de securitização do islamismo foi iniciado sob a justificativa da "Guerra ao Terror", houve uma mudança nas falas norte-americanas, buscando reforçar diferenças entre o Islã e o Ocidente. Esse processo foi realizado transformando as populações islâmicas em uma "caricatura" do que são, movimento que é chamado por Pasha (2007) de "neo-orientalismo". Esse movimento culminou na transformação esse dos povos islâmicos em um "adversário" do ocidente em seu nível quase que essencial, devido ao que Huntington (1993) classifica como diferenças irreconciliáveis baseadas em seus valores culturais.

Pode se argumentar que o "neo-orientalismo" - que encontrou como seu principal expoente em Huntington - serviu como argumento basilar e legitimador para a realização do processo de securitização de diversos países do Oriente Médio. A securitização compreende o processo o qual os atores estatais realizam para remover assuntos da esfera comum e transformá-los em questões de "segurança", o fazendo através de um "ato de fala". Uma vez securitizados, torna-se possível a utilização de meios extraordinários em nome da segurança (BUZAN, WEAVER e WILDE, 1998).

O presente artigo busca compreender como se deu o processo de securitização do Irã por George W. Bush, e como foram instrumentalizadas as identidades internacionais. Tal análise será feita mediante um estudo de discursos com o propósito de identificar falas orientalistas. Para tal, o trabalho divide-se em três momentos, sendo que, na primeira parte, será desenvolvido um aporte teórico decorrente dos conceitos da escola de Copenhague, através dos estudos de securitização.

Na segunda parte serão analisados estudos sobre as práticas representacionais, dando ênfase à disciplina do orientalismo. Desta forma, pretende-se elucidar significantes utilizados por práticas orientalistas, bem como o orientalismo como disciplina. Isto será realizado através de uma análise histórica sobre as práticas representacionais, quando se buscará ferramentas discursivas empregadas por elas, sempre enfatizando a representação islâmica.

Ainda nesse tópico, serão estudadas novas formas que o orientalismo tem nos dias de hoje, pontuando os significantes empregados ao referir-se a esses povos, sua cultura e sobre qual base argumentativa acadêmica repousa tal fala orientalista. Com isso, buscar-se-á desenvolver uma metodologia adequada para realizar a análise da problemática em questão, a qual se pretende a identificação de orientalismos dentro do discurso de securitização.

Por fim, tomar-se-á como base, as escolas de pensamento escolhidas e os processos descritos, objetivando realizar uma análise dos discursos do presidente George Bush durante o seu mandato (20/01/2001 – 20/01/2009) e uma observação do movimento de securitização do Irã, sempre observando seu discurso com falas orientalistas. Buscar-se-á identificar o quão inspirado na identidade internacional criada sobre o Islã ele se mostrou.

1. O processo de securitização e uma nova ideia de segurança: a segurança como socialmente construída

Dentro das Relações Internacionais “segurança” é um conceito que está intimamente conectado com as políticas de poder. Tradicionalmente, dentro da disciplina, considerar algo como um “problema de segurança” significa compreender que está se referindo a um risco a sobrevivência de um Estado, algo que justificaria o uso de medidas emergenciais para eliminar tal ameaça (BUZAN, WEAVER e WILDE, 1998).

No livro *“Security – A New Framework for Analysis”* (1998), os autores Buzan, Weaver e Wilde dividem as possíveis ameaças em cinco categorias⁸ e níveis de análise: militar, político, econômico, social e ambiental. O processo de securitização possui uma estrutura de retórica própria, baseada na sobrevivência, na primazia da ação, “se não agirmos agora, não existiremos para remediar nossa falha” (p.26). Esse formato comum serve para que possamos identificar processos de securitização fora das alçadas político militares tradicionais.

⁸ Categorias, para os autores, consiste em visões particulares do Sistema Internacional, que iluminam as relações de suas unidades constituintes (BUZAN, WEAVER e WILDE, 1998).

No setor militar o objeto referente – aquilo que está sobre ameaça – geralmente é o Estado, ainda que possam existir outros. Quanto ao setor político, uma ameaça consiste em algo que viole ideologias fundacionais de um Estado. Tradicionalmente, ameaças à soberania encaixam-se como ameaças ao nível político. Assim como aquelas que questionam a autoridade e a legitimidade de um Estado (BUZAN, WEAVER e WILDE, 1998).

Quanto a ameaças ao setor econômico, devido a própria natureza do mercado existe uma dificuldade conceitual de pontualas. Salvo casos onde parte da população esteja em risco, ou onde a própria economia nacional se encontra em risco existe uma complexidade de apresentar problemas econômicos como as “ameaças existenciais” demandadas pela escola. Em nível ambiental, os objetos referentes variam de ameaças concretas, como sobrevivência de determinadas espécies, até as mais difusas como mudanças climáticas. Por fim, no setor societal, ameaças a esse objeto consistem em identidades coletivas, que podem funcionar independentemente do Estado, tais como Nações ou religiões. Os autores argumentam que identidades coletivas podem acabar mudando devido a fatores externos e internos, mas como a natureza de “identidade” é inerentemente conservadora, sempre é possível elencar o “outro” como uma ameaça a si. Dentro dessa área, argumentos como a linguagem, costumes, ou pureza racial podem ser levantados para invocar um suposto problema de segurança (BUZAN, WEAVER e WILDE, 1998)...

Se “segurança” pode ser visto como o movimento que faz com que um assunto transcenda as regras normais da política e se situe acima dela, “securitização” pode ser visto como uma forma extrema de politização⁹⁻¹⁰. Um assunto de segurança é um assunto que permite que as “regras do jogo” sejam quebradas até que a ameaça seja resolvida. A entrada de um assunto nessa esfera significa que um ator

⁹ Politização significa demonstrar que um assunto é aberto, algo debatido sobre. Já securitização seria um processo urgente, que deve ser lidado rapidamente, longe da esfera pública devido a sua natureza como uma crise existencial (BUZAN, WEAVER e WILDE, 1998).

¹⁰ Importante notar que a relação entre politização e securitização não implica necessariamente que o processo tenha que passar pelo Estado. Ambos podem ser realizados em outras arenas que não sejam as estatais (BUZAN, WEAVER e WILDE, 1998).

julgo necessário se fazer de meios extraordinários – que geralmente, dentro de uma democracia liberal¹¹ – não seriam viáveis normalmente. Significa sinalizar que se um assunto não for resolvido com urgência, pode acarretar no fim do Estado (BUZAN, WEAVER e WILDE, 1998).

Securitizar um assunto não implica necessariamente que o mesmo seja uma ameaça a existência do Estado, apenas que um assunto é percebido como tal. Pode-se falar que segurança é uma prática “auto referenciada”, pois é através dela que um assunto cotidiano entra na agenda da segurança. Para Weaver e Buzan (1998, p.25), a definição e o critério para um processo de securitização consiste no “estabelecimento de uma ameaça existencial com saliência o suficiente para ter efeitos políticos substanciais”. O estudo da securitização é por natureza um estudo de discurso. Se uma fala possui capacidade de criar uma urgência e emergência e faz com que as ações do ator sejam libertas dos procedimentos e regras existentes, ela consiste num processo verdadeiro de securitização. Para os autores, o movimento da securitização é o que em teoria de linguagem se chama de “ato de fala”, diferentemente de um signo que se refere a algo mais concreto, a enunciação em si é o ato. A abordagem de análise através de atos de fala trabalha com três unidades: a primeira sendo o objeto referente, aquilo que se encontra sobre ameaça. O ator securitizador, aquele que realiza o processo de securitização ao declarar que o objeto referente se encontra ameaçado. E por fim, os atores funcionais, aqueles que influenciam fortemente um determinado setor sem ser o objeto referente, ou o ator securitizador. O ato de fala é comunicado para a audiência, que por fim acaba por aceitar, ou não, que o tema entre na esfera de segurança.

Tradicionalmente é argumentado que a segurança pode ser abordada de duas formas, uma objetiva (uma ameaça real) e outra subjetiva (algo percebido como ameaça) e que não há garantias de que essas duas dimensões se alinhariam. Weaver e Buzan (1998) argumentam contra essas noções. Fora do universo político é difícil definir uma “segurança real”, e tal definição racionalista universalista – ainda que correta em seu próprio meio – é de pouca ajuda numa análise política.

¹¹ Os processos descritos por Buzan e Weaver (1998) são processos localizados, baseados em democracias liberais ocidentais. Em caso de ambientes em que a mesma não seja a estrutura de Governo vigente, o movimento de securitização pode ser diferente.

Os autores consideram mais relevante compreender os processos e as dinâmicas da securitização, pois com ela um ator informado sobre o que é necessário fazer, pode contornar e manobrar as interações entre atores e eliminar os problemas de segurança. Quanto a subjetividade da segurança, argumenta-se que esse termo é insuficiente, pois um ator não decide o que é uma ameaça de segurança isoladamente. Seria mais apropriado trabalhar com a noção de "intersubjetividade", pois a securitização é socialmente construída, sendo uma qualidade social, parte de uma esfera discursiva intersubjetiva. Dentro da securitização existe aquilo que os autores chamam de "condições facilitadoras". Para propósito desse artigo serão elencados três: a gramática de segurança empregada, a posição dos atores e o nível de perigo inerente de uma ameaça. Quanto a primeira condição, trata-se da gramática utilizada para enunciação do ato de fala. É necessário seguir uma certa estrutura frasal para se construir uma ameaça, indicando um ponto de não retorno, uma ameaça existencial, e uma possível solução, a ação. Um processo de securitização não pertence ao agente securitizador, mas a audiência do ato de fala. "A segurança [...] não existe com o objeto, ou os sujeitos, mas *entre os sujeitos*" (p.31).

Weaver e Buzan (1998) também comentam que uma segunda condição facilitadora pode ressaltar que as relações entre os sujeitos não é igual. Um movimento de securitização possui maior chance de ser realizado se feito por alguém que se situa no topo de uma hierarquia de segurança.¹² Para os autores, uma terceira condição se refere a facilidade maior de se realizar o processo devido ao contexto. Se a suposta ameaça já possui alguma história que indique risco prévio dentro do contexto ao qual o processo está sendo realizado. Isoladamente nenhum objeto constitui um problema de segurança em si, mas é inegável que um imaginário prévio sobre a suposta ameaça que tais objetos proporcionam não constitui numa condição facilitadora.

¹² Importante ressaltar que mesmo aqueles que se situam no alto de tal hierarquia não possuem poder absoluto para realizar um processo de securitização (BUZAN, WEAVER e WILDE, 1998).

É importante constatar que “segurança” e “insegurança” não consistem em uma oposição binária, pois ambas carregam consigo a problemática da segurança. Enquanto “segurança” consiste em uma situação marcada por um problema de segurança e com alguma medida tomada como resposta, insegurança consiste em uma situação que está marcada por um problema de segurança, mas que não haja nenhuma ação sendo tomada como resposta (WEAVER, 1995). O autor afirma que segurança é sempre algo relativo, ninguém vive em perfeita segurança, mas se sente que vive, não chama de segurança. Portanto, o contrário a “segurança” consistiria em situações ao qual não se levanta a problemática da segurança, ao não se enquadrar uma situação através da lente da “segurança”, demonstra-se que a mesma é uma preocupação irrelevante.

Outro conceito a ser explanado sob a ótica da Escola de Copenhagen é o de “macro securitização”. Buzan (2006) define o conceito como um enquadramento da agenda de segurança no nível sistêmico, definindo temáticas relativas à segurança, agendas e relações. É pautado em ameaças/objetos baseadas em construções universalistas. Como causa de tal criação o autor aponta duas possíveis razões: a globalização ou a crença em ideologias universalistas. Um exemplo exitoso da realização de tal movimento foi a Guerra Fria.

Buzan (2006) argumenta que a Guerra ao Terror¹³ consistiu numa tentativa exitosa de se fazer um processo de macro securitização. O sucesso desse movimento, para o autor, pode ser exemplificado através da ampla aceitação de que a Al-Qaeda e sua ideologia são amplamente aceitos como uma ameaça a civilização ocidental. A gramática empregada na macro securitização da Guerra ao Terror amarra tópicos que previamente já estavam presentes na agenda de segurança liberal em seu corpo discursivo. Assuntos como crime, tráfico de drogas e a proliferação de armas de destruição em massa (WMD) são abordados pelo discurso de Washington.

¹³ A Guerra ao Terror, também conhecida como a Guerra Global contra o Terrorismo, é nome da campanha militar internacional lançada pelo governo dos Estados Unidos da América após os atentados de 11 de setembro de 2001. O significante “Guerra ao Terror” foi empregado pela primeira vez por George W. Bush no dia 20 de setembro de 2001 em um discurso perante o senado norte americano.

No que tange a esse estudo é extremamente pertinente a análise da securitização das WMD. Esse movimento já estava cristalizado na agenda liberal da segurança através das instituições de não proliferação, tal como o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), segundo Buzan (2006). Tradicionalmente a preocupação sobre as WMDs é focada nos chamados "rogue states"¹⁴, ou "Estados vilões", porém a Guerra ao Terror conseguiu inserir outro ator que seria um risco dentro dessa agenda, a dos grupos terroristas.

2 O orientalismo no discurso: propondo uma metodologia de análise

Para responder a problemática proposta nesse estudo é imperativo o uso de ferramentas analíticas. Portanto, objetiva-se demonstrar o conceito analítico escolhido, pontuando e conceituando-os. Desse modo parte-se da premissa que para a identificação de falas orientalistas, primeiramente deve-se conceituar e elucidar como elas são realizadas e quais significantes ferramentas discursivas foram empregadas. Para esse propósito será analisado a criação das identidades internacionais, dando uma ênfase a identidade islâmica, criada através do orientalismo.

Falar sobre as identidades internacionais é falar de práticas representativas. Como disciplina, as Relações Internacionais estão muito atreladas às práticas discursivas utilizadas e que podem ser tomadas como "verdade" (DOTY, 1996). Portanto, propõe-se estudar como certas representações acabam por demonstrar a intenção por trás da produção do conhecimento. Consciente de que o conhecimento não possui apenas capacidade representativa, mas também constitutiva (SETH, 2013), buscar-se-á realizar uma análise de conceitos como esquemas classificatórios, naturalização e práticas representativas utilizadas no passado para que se possa fazer um estudo comparativo com práticas atuais.

Outro conceito elencado seria o da "classificação". Doty (1996) descreve esquemas classificatórios como uma tentativa de naturalizar seres humanos os colocando em categorias aos quais eles "naturalmente" pertencem. Através da classificação, as hierarquias

¹⁴ Estados que são considerados uma ameaça à paz mundial (CHOMSKY, 2000).

acabam sendo desenvolvidas e justificadas, se fazendo de uma pseudo cientificidade baseada em teorias biológicas para distinguir as características entre os sujeitos. As identidades internacionais criadas através desse processo seriam baseadas em suas essências fundacionais sendo inerentemente diferentes umas das outras. Said (1978) – baseando-se em Foucault – argumenta que na Ciência Social há uma tendência de se reduzir os traços específicos e dramatizar os traços gerais a um número menor de tipos ordenáveis e descritíveis, “uma derivação controlada”. Essa derivação controlada acaba reduzindo o objeto de estudo a um arquétipo quase que “primitivo”, como o americano “vermelho, colérico, ereto”, o asiático “amarelo, melancólico, rígido”; essa classificação reforça a ideia de que o europeu é diferente, pertencente a seu próprio arquétipo.

Por fim, pode-se destacar o conceito da “negação”, aos quais os países de “terceiro mundo” seriam povos sem história e passado, espaços em branco para que o ocidente possa escrever suas histórias. Nessas lacunas históricas é escrito conceitos como “civilização”, “progresso”, “democracia” e “modernização”. Sob essa justificativa as operações imperialistas do Ocidente se transformam em missões salvadoras e facilmente justificadas. Durante o encontro colonial o colonizado é caracterizado principalmente em sua falta de agência, sendo a negação a principal ferramenta empregada para tal representação (DOTY, 1996).

Significantes como “civilização”, “barbárie”, “progresso”, “atraso” entre outros, desempenham um papel fundamental na criação das identidades internacionais. Ao se fazer dessas ferramentas discursivas o ocidente legitimou a exploração e a colonização de povos nativos durante a história. Esses significantes, contudo, não existem num vácuo. Frequentemente se apresentam em relações dicotômicas e hierárquicas que acabam por reforçar o Ocidente como superior e servem de justificativa para a realização das colonizações. Sob a justificativa de expandir o projeto civilizatório europeu – como uma maneira de trazer a “luz do progresso” para as populações nativas bárbaras e atrasadas – o ocidente apresenta sua narrativa com uma pretensão quase que paternalista, como se falasse de guiar um filho até que ele esteja maduro (DOTY, 1996). A colonização se apresenta quase como um dever moral, que somente o homem ocidental – excepcional em sua essência – pode fazer.

2.1 A criação da identidade Islâmica: A disciplina do orientalismo e como o Ocidente criou o Oriente

A respeito da criação da identidade islâmica, este estudo começa analisando o processo de sua criação no período colonial. Para isso, recorre-se a obra de Edward Said "*Orientalismo – Oriente como invenção do Ocidente*" de 1978. Nela o autor discorre sobre a linguagem e o discurso que emergiram da literatura ocidental sobre a relação entre o Leste e o Oeste, particularmente, nas relações Islâmicas/Ocidente, sendo essencial para justificar a dominação do Oriente pelo Ocidente.

Primeiramente, deve-se conceituar o que é "Orientalismo". Compreende-se Orientalismo como nome da disciplina de estudos sobre o Oriente que teve origem no século XIX. Ela tinha como projeto demonstrar o quão diferente seria os dois mundos e suas populações. Em sua obra Said (1978) analisou como o mecanismo de manutenção do poder Ocidental teve origem através do estudo sobre o Oriente, assim como o conhecimento legitimou e racionalizou as práticas imperiais e o próprio colonialismo.

O autor (1978) demonstra como para o orientalismo não tinha por objetivo a agregação de conhecimento sobre o Oriente, mas uma construção discursiva dos povos orientais como uma antítese do Ocidente. Partindo da noção de que para a criação do "eu", é necessário do "outro", o "não eu". Said busca demonstrar como a criação do Oriente possibilitou a criação da própria identidade Ocidental e fixou seu sentido. Onde o oriental é irracional, depravado, infantil; o europeu é racional, virtuoso e maduro.

Pode-se compreender que o Orientalismo, portanto, é um mecanismo de poder localizado nos processos de tradução de identidades, culturas e religiões do Oriente Médio. Seus discursos abrigam um sistema de conhecimento sobre o Oriente que continuou a ser produzido e reproduzido através das Eras. Para exemplificar, Hamady (1960, p.285), argumenta que:

[...] os árabes [...] demonstraram uma incapacidade para uma unidade disciplinada e duradoura [...] Eles mostram falta de coordenação e harmonia na organização e função, nem

revelaram uma capacidade de cooperação. Qualquer ação coletiva para benefício comum ou lucro mútuo é estranha a eles.

Ao empregar verbos como “demonstram”, “revelam” e “mostram” é feito uma construção de certas “verdades inerentes” sobre a natureza dos povos árabes. Essa análise totalizante não reconhece diversidade cultural, implicando em uma homogeneidade étnica e cultural que serve de base para a explicação de seu “atraso”.

2.2 O Choque de Civilizações e o Neo-Orientalismo

Apesar de esforços de autores como Said (1978), a literatura sobre o Islã frequentemente utiliza falas orientalistas, sendo a renovação dessa essência chamada pela literatura especializada de “neo-orientalismo” (BOTTICI e CHALLAND, 2006). Considerando que o propósito desse artigo consiste em elencar falas orientalistas nas falas de George W. Bush, compreende-se que é necessário analisar e conceituar as formas que o orientalismo toma no dia de hoje. O estudo de Samuel Huntington de 1993 (O Choque de Civilizações) é considerado um manifesto para o Orientalismo moderno, oferecendo um ponto de partida apropriado para realizar tal revisão.

Huntington (1993) defende a ideia de um Choque de Civilizações, argumentando que as divisões que permeavam o Sistema Internacional na época da Guerra Fria não eram mais relevantes e que os agrupamentos de países mudariam de forma. Em sua visão não faria mais sentido pensar nas coligações de países em questão de política, sistema econômico, ou nível de desenvolvimento, mas sim, em questão de suas culturas e civilizações. Como ponto de partida o autor conceitua civilização como entidade cultural, sendo o nível mais amplo de agrupamento de pessoas no quesito de cultura compartilhada. São entidades reais, ainda que suas linhas divisórias sejam turvas. Identifica sete ou oito civilizações diferentes: a ocidental, a confuciana, a japonesa, a islâmica, a hindu, a slava-ortodoxa, a latino americana e a africana¹⁵.

¹⁵ Quanto a civilização africana, o autor demonstra incerteza sobre sua existência, mas não descarta essa possibilidade (HUNTINGTON, 1993).

Devido aos avanços tecnológicos o autor (1993) argumenta que o contato e, por consequência, as interações entre as diferentes civilizações estão aumentando, tendo como resultado no que Huntington caracteriza como “consciência de civilização” que traz consigo um retorno de animosidades históricas. Juntamente com esse “mundo menor”, como coloca o autor, existe enfraquecimento do papel do Estado Nação – que até agora era considerado como a principal unidade no Sistema Internacional – como formador de identidade, dando espaço para a religião assumir esta função, sendo basilar para a formação de identidades e compromissos que transcendem barreiras nacionais e unindo civilizações¹⁶.

A religião apresenta papel fulcral nos estudos de Huntington (1993) argumentando que “até mais que etnia, a religião discrimina mais fortemente” (p.27, *tradução nossa*). A fixação de identidades em torno de termos culturais e religiosos facilita a criação da dicotomia *nós/outros*. Juntamente com tal oposição dicotômica, os esforços ocidentais de promover o liberalismo e a democracia como valores universais teria como consequência gerar respostas adversas advindas de outras civilizações, para o autor é nessas reações que se encontra o futuro eixo central da política mundial no futuro. Em tal concepção, é inevitável um embate entre o Ocidente e o Resto¹⁷.

Huntington trabalha com mais clareza essa relação em sua obra “*The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*”, de 1996. Neste livro, busca compreender o motivo da civilização Islâmica estar envolvida – mais do que qualquer outra civilização – em violência entre grupos. No que tange a relação entre Ocidente e o Islã, Huntington reduziu ambas as identidades fixas, monolíticas e singulares, ignorando as particularidades presentes em ambos.

¹⁶ Concatenando com essa ideia, se argumenta que o aumento do regionalismo é outro fator que para o autor (1993) reforça a consciência de civilização. A civilização, ao se tratar de acordos intra-regionais, serve tanto de catalisador para o aumento dessa consciência, como de base fundacional para a criação e a execução de tais arranjos.

¹⁷ *West/Rest*.

Dentro de sua análise o autor (1996) disserta sobre os confrontos existentes nas relações entre o Ocidente e a civilização Islâmica. Para Huntington "povo Islâmico está convencido da superioridade de sua cultura e obcecado pela inferioridade de seu poder" (p.217). Durante o livro fica claro que na visão do norte-americano tais disputas não são causados apenas pela ascensão do fundamentalismo islâmico, o próprio Islã e a "mente Islâmica" são incompatíveis com os ideais Ocidentais de democracia e liberdade em um nível quase que essencial.

Como último ponto a ser elencado, Huntington (1993) – em típica gramática da securitização – argumenta que seria do interesse estratégico do Ocidente promover maior cooperação e unidade dentro de sua civilização, devido à crescente ameaça das civilizações rivais, e ainda que deveria se incorporar as sociedades Latino americanas e da Europa Oriental, por possuírem culturas próximas as Ocidentais. Ainda referente a interesse estratégico o autor ressalta que seria importante limitar o poderio militar das civilizações Islâmicas e Confucianas ao mesmo tempo em que o Ocidente deve buscar manter sua superioridade militar.

A visão do autor norte-americano é altamente polemica, e, para Bottici e Challand (2006), se configurou em uma "*self-fulfilling prophecy*", uma "profecia que cumpre a si mesma", sendo cristalizada como um mito político¹⁸. Em seu artigo os autores elencam as consequências desse movimento, pontuando as maneiras que senso comum ocidental levou a um choque de civilizações com o Islã.

Sobre a literatura exposta, pôde se observar como Huntington (1993) realizou um movimento classificatório das civilizações – argumentando que existem valores e costumes, baseados em características culturais como raça e religião – fundamentalmente incompatíveis entre si. Ao classificar as civilizações o autor as simplificou culturas e sociedades complexas em imagens e signos monolíticos e uniformes. Said (2001), em resposta ao autor norte-

¹⁸ Segundo Bottici e Challand (2006) mitos políticos consistem em dispositivos de mapeamento que são utilizados para observar, compreender, com isso, demonstrar como agir no mundo inserido como um grupo social. Eles simplificam o caráter multifacetado da realidade através do uso de imagens e signos acessíveis para quem os utiliza. Por não ser baseado em dados empíricos, ele não pode ser falseado.

americano, argumenta que ele realizou um movimento que diminuiu a integridade de todas as civilizações ao afirmar que culturas e identidades são entidades isoladas das diversas correntes e contra correntes que permeiam a história. Apesar de internamente fragmentas as Zonas Culturais Islâmicas (ZCI) são apresentadas como uma alteridade homogeneizada (PASHA, 2007).

Essa homogeneização é fundamental para as práticas orientalistas, pois é através dela que a identidade Ocidental é criada. Para construir uma oposição são necessários dois atores, como argumentam Bottici e Challand (2006), dizendo que, ao se criar o "bloco Islâmico", foi possível a criação de uma "civilização em casa", pois é a partir da criação do "outro" que se cria o "eu". Portanto, discursos orientalistas, ao se referirem à "Civilização Ocidental" como sociedades homogêneas e uniformes, contextualizam uma reimaginação da prática do etapismo. Ao conectar os pontos nodais "ocidente" e "progresso", cria-se uma imagem de que quem não segue os moldes ocidentais é "atrasado" ou "tradicional".

Pasha (2007) argumentava que a naturalização do Islã como resiliente a modernidade é o caráter mais importante do discurso neo-orientalista. Ao contrário de outras religiões "maleáveis", o Islã é apresentado como exceção, sendo preso ao passado e incapaz de aceitar a modernidade. A identidade islâmica apresenta-se como um rótulo monolítico que desafia o tempo e o espaço e é excepcional em sua alteridade. O autor argumenta que a noção de "excepcionalismo islâmico" não é nova. Na verdade, encontra-se enterrada no fundo da Percepção Ocidental da Religião e existe desde os tempos do Orientalismo como disciplina formal. A novidade advém de uma mudança da meta narrativa de como ela é apresentada. A imutabilidade do Orientalismo tradicional – ou *hard Orientalism* – foi substituída por a uma narrativa mais sutil, a do *soft Orientalism*. Essa mudança paradigmática ocorreu através do historicismo e de meta narrativas de modernização e desenvolvimento. Quando outrora o Islã era demonizado ou fetichizado, hoje é visto como uma ordem decadente, uma civilização que uma vez já foi grandiosa, mas saiu da trilha do progresso devido aos dogmas, autoritarismo¹⁹ e dissensão política. A apresentação do Islã como o "Outro do Progresso e da

¹⁹ Na visão de Pasha (2006), existe uma incompatibilidade inerente do islã com os valores democráticos

Modernidade” correlaciona uma vasta gama de signos e imagens representativas, que se sobrepõem e se contrastam. O autor exemplifica essa relação ao correlacionar a mulher ocidental – supostamente liberada e empoderada – com a mulher muçulmana – supostamente aprisionada pelas correntes da religião.

Observa-se, portanto, como a ferramenta discursiva da negação é, frequentemente, empregada ao se referir sobre a segurança humana. Utilizando-se o exemplo na descrição da mulher muçulmana – pelo Ocidente – é comum referenciar a sua falta de iniciativa, fazendo-se uso de uma gramática que, ao mesmo tempo, denuncia o Islã e exalta os valores de uma sociedade individualizada (liberal). Pasha (2007) argumenta, ainda, que o conceito de segurança humana pode ser utilizado para deslegitimar o Estado soberano. Isso se faz através de tal ferramenta discursiva, em que se apresentam sujeitos sem poder, que somente os ideais da modernidade poderiam transformar em indivíduos emancipados.

Para Pasha (2007), o excepcionalismo islâmico fornece a base argumentativa para que as ZCI's se tornem, particularmente, vulnerável a novas ameaças na esfera da segurança humana. A maior dessas novas ameaças encontra-se na retórica da “guerra ao terror”. Por ser pautada – supostamente – na legalidade do estado de emergência e de exceção, ela ofereceu justificativa para que se realize o movimento de negação de diversos povos e populações, permitindo, assim, a superação seletiva das regras liberais que governam a sociedade internacional.

Ao revisar a literatura analisada nesta seção, pode-se concluir que o orientalismo, como disciplina, consistiu num projeto de conhecimento, onde o Ocidente se fez da academia e da literatura para a manutenção e legitimação do projeto civilizatório europeu. Esse movimento foi realizado através de três ferramentas discursivas: a “negação”, “naturalização” e “classificação”. A criação de legitimação de imagens e signos sobre o Oriente enquadrando-o num esquema representativo totalizante, quando se reduzia povos, culturas e populações em meros arquétipos, considerando suas características como essenciais. Esse esquema classificatório carregava consigo uma hierarquia inerente, que sempre situava o Ocidente acima do “outro”, reforçando a identidade ocidental como excepcional e pertencente ao seu próprio nicho. Para a criação dessa tipificação, empregaram-

se significantes como: "bárbaro/civilizado", "progresso/atraso", aplicando uma relação sempre dicotômica entre as partes, conscientemente negando a agência dos povos orientais, e levantando a existência de diferenças irreconciliáveis.

3 O Orientalismo no processo de securitização do Irã no Governo Bush

Neste tópico será feita uma análise do processo securitizatório do Irã. Esse estudo focará em analisar dois momentos históricos e as falas utilizadas durante tal período. No primeiro momento, o famoso discurso de George W. Bush, de 2002, sobre o Estado da União, quando o Irã foi denunciado como membro de um suposto "eixo do mal", juntamente com o Iraque e a Coreia do Norte e, no segundo momento, as alegações realizadas sobre o projeto nuclear Iraniano.

Com esta análise histórica, analisar-se-á as falas realizadas pelo, então, presidente norte-americano, verificando se foi realizado um "ato de fala" para se criar um movimento de securitização e, caso tenha sido, se esse processo foi pautado em falas orientalistas. Para se reconhecer a presença de ambas as ferramentas discursivas, serão utilizadas ferramentas escolhidas nas seções anteriores.

3.1 O Eixo do mal

O discurso sobre o Estado da União é um evento que ocorre anualmente, exceto no primeiro ano do mandato de um novo presidente, consistindo de uma fala anual apresentada pelo Presidente dos Estados Unidos a uma sessão conjunta do Congresso dos Estados Unidos. A fala inclui uma mensagem orçamentária e um relatório econômico da nação. É nela que o Presidente delinea a agenda legislativa e as prioridades nacionais de seu mandato. É um discurso de caráter obrigatório e previsto na constituição norte-americana, através do artigo II, seção 3.

No dia 29 de janeiro de 2002, George W. Bush discursou sobre o Estado da União. Como de costume, o presidente relatou a situação econômica do país e pontuou as prioridades nacionais. Este foi o primeiro discurso sobre o Estado da União após os atentados de 11 de Setembro de 2001, portanto o tema centrou-se nele. Além dos

assuntos tradicionais, em sua fala o presidente abordou os desenvolvimentos da “guerra ao terror”, juntamente com os planos de sua gestão para continuar com ela. Além disso, elencou o Irã, Iraque e Coreia do Norte como membros de um suposto “eixo do mal”. Apesar de se referir pouco especificamente sobre o Irã, devido à significância que esse discurso teve e a reverberação que a tipificação criada por ele causou, mesmo assim será utilizado como primeiro caso a ser analisado.

Logo após os agradecimentos costumeiros, o então presidente começou seu discurso com “[...] nossa Nação está em guerra; nossa economia está em recessão; e o mundo civilizado enfrenta perigos sem precedentes. No entanto, o estado da nossa União nunca foi tão forte” (BUSH, 2002, *tradução nossa*).²⁰

Ao se observar sob a lente da escola de Copenhagen, pode-se identificar o emprego de uma gramática tradicional da securitização logo no começo desse pronunciamento. O então presidente iniciou seu discurso afirmando o estado de emergência, na qual o país se encontrava, onde tanto a nação quanto o mundo civilizado se sentiam ameaçados devido a um grave perigo.

Fazendo-se uso das categorias elencadas na primeira seção do trabalho, pode-se calcar a suposta ameaça em dois níveis, sendo eles: o societal e o político. Em seu pronunciamento, o presidente identificou dois objetos enfrentando perigos existenciais: a nação e o mundo civilizado, buscando, *a priori*, remover o assunto da esfera da politização e inseri-lo como tópico de segurança.

Buzan e Weaver (1998) categorizam uma ameaça societal a algo maior do que, apenas, uma ameaça ao aparato do Estado, referindo-se, fundamentalmente, a identidades que podem funcionar independentemente do mesmo. Em seu âmago, enquadrar uma ameaça em nível societal é realizar um processo de outracização. Nesse movimento, instrumentalizam-se identidades, a fim de criar dicotomias entre o objeto referente e aquilo que o coloca em perigo.

²⁰ No original “[...] our nation is atwar, our economy is in recession and the civilized world faces unprecedented dangers. Yet the state of our union has never been stronger” (BUSH, 2003).

Tal tentativa pôde ser vista, claramente, dentro do pronunciamento, pois em sua fala observa-se a tentativa do então presidente de invocar uma identidade comum, não apenas norte-americana, mas de um suposto mundo civilizado, que se encontra ameaçado. Bush busca enquadrar o terrorismo como um perigo capaz de transpor as fronteiras dos Estados Unidos, sendo um inimigo comum de todos aqueles que são “civilizados”.

Ainda fazendo uso da teoria de securitização, pôde-se observar que esse pronunciamento é resultado do projeto de tentativa de criação de uma nova agenda de macro-securitização, tendo a Guerra ao Terror como seu pilar. Em seu artigo, Buzan (2006) argumenta que esse movimento foi realizado como um enquadramento político, com o objetivo solidificar e legitimar a liderança estadunidense dentro da lógica unipolar, particularmente dentro das alianças *ad hoc* que surgiram para o combate ao terrorismo.

Como exposto previamente, civilização é um conceito que pode ser compreendido sob as lentes das duas escolas escolhidas. A escola de Copenhague compreende que uma ameaça é socialmente construída, sendo necessário que a existência de um objeto referente seja percebida como tendo risco existencial, tal como uma identidade (BUZAN, WEAVER e WILDE, 1998).

A identidade ocidental, como compreendida através das teorias pós-coloniais, tem como base de sua criação uma dicotomia entre o civilizado e o bárbaro, sendo tal binarismo especialmente eficiente ao se tratar de identidades islâmicas (PASHA, 2007). Como exposto por Pasha (2006), o Islã encontra-se como o “outro do liberalismo”, sendo resiliente às mudanças da modernidade e eternamente atrasado. Portanto, com base na seção anterior, pode-se afirmar a importância da “civilização” nas falas neo-orientalistas. Said (2001) expõe a totalização e homogeneização que tal terminologia resulta, agrupando e ignorando as variedades existentes dentro dos povos islâmicos, ao agrupar todos eles sob um monolítico guarda-chuva conceitual.

Avançando em seu discurso, o presidente exaltou os sucessos da coalizão durante a Guerra do Afeganistão, sempre enfatizando o papel de liderança exercida pelos Estados Unidos e as liberdades que serviram como consequência dessa invasão. Bush instrumentaliza a segurança humana ao denunciar a barbárie praticada pelos grupos terroristas.

[...] A última vez que nos encontramos nesta câmara, as mães e filhas do Afeganistão foram cativas em suas próprias casas, proibidas de trabalhar ou ir à escola. Hoje as mulheres são livres e fazem parte do novo governo do Afeganistão. E nós damos as boas vindas ao novo ministro de assuntos da mulher, Dr. Sima Samar. [...] (BUSH, 2003, *tradução nossa*).²¹

Retomando os argumentos expostos por Pasha (2007), pode-se demonstrar o contraste existente devido à intervenção do Ocidente nas comunidades islâmicas, exemplificado no caso da mulher islâmica. Ela era oprimida, porém, hoje, encontra-se empoderada, sendo capaz de exercer cargos no governo, uma consequência do progresso trazido pelo ocidente. Fazendo-se uso dos conceitos elaborados por Doty (1996), pode-se observar a negação da história do outro. Devido ao atraso inerente do Islã²², o Ocidente encontra no Oriente uma lacuna histórica na qual ele – na sua condição como sujeito da história – pode preencher, trazendo a “civilização” e o “progresso” ao fazê-lo.

A negação pode ser encontrada, também, no que tange à caracterização da população do Irã durante o pronunciamento do então presidente, com ênfase especial na falta de dependência existente nela. Bush argumenta que “[...] o Irã persegue agressivamente essas armas (de destruição em massa) e exporta o terror, enquanto alguns, não eleitos, reprimem a esperança de liberdade do povo iraniano [...]”²³ (BUSH, 2003, *tradução nossa*).

²¹ No original “[...] The last time we met in this chamber, them others and daughters of Afghanistan were captives in their own homes, forbidden from working or going to school. Today women are free, and are part of Afghanistan’s new government. And we welcome the new minister of women’s affairs, Dr. Sima Samar [...]” (BUSH, 2003).

²² Como exposto por Pasha (2006).

²³ No original, “Iran aggressively pursues these weapons and exports terror, while anunelected few repress the Iranian people’s hope for freedom” (BUSH, 2003).

Conclusão

Apesar do Irã ser, formalmente, uma democracia²⁴, com eleições para presidente, o líder norte-americano apresentou o país como não democrático. As razões para tal encontram-se no orientalismo. A democracia é apresentada como um valor intrinsecamente ocidental e devido a posição do Islã como o outro da modernidade e do liberalismo. As sociedades islâmicas são incompatíveis com tal valor, uma vez que o "islamismo é a pura continuação do infinito, ainda que modulado, drama do despotismo oriental" (PASHA, 2002, p. 125).

A democracia Iraniana – assim como múltiplas formas de governo tipicamente islâmicas – apresenta em seu cerne uma relação íntima com a religião. Como exposto por Pasha (2007) previamente, a religião é uma amarra, ao contrário do racionalismo existente na modernidade. O autor argumenta que a impossibilidade de separação das esferas política e religiosa é a causa pela qual os muçulmanos são vistos como incapazes de realizar uma democracia.

Como ponto final de relevância para este artigo, o presidente pontua a existência de um suposto eixo do mal, composto por Coreia do Norte, Iraque e Irã.

[...] Estados como estes, e os seus aliados terroristas, constituem um eixo do mal, armados para ameaçarem a paz no mundo. Por procurarem armas de destruição massiva, estes regimes são um perigo grave e crescente. Eles podem dar estas armas a terroristas, dando-lhes os meios para combinarem os seus planos. Eles podem atacar os nossos aliados ou tentar chantagear os Estados Unidos. Em qualquer um destes casos, o preço da indiferença seria catastrófico [...] (BUSH, 2003, *tradução nossa*)²⁵.

²⁴ Devido a proposta desse artigo, a qualidade da democracia Iraniana não será questionada ou estudada. O que se busca compreender é apenas como a mesma é representada pelo Ocidente.

²⁵ No original, "[...] Stateslikethese, and their terroristallies, constituteanaxisofevil, armingtothreatenthepeaceofthe world. Byseekingweaponsofmassdestruction, these regimes pose a grave andgrowingdanger. They could providethesearmstoterrorists, givingthemthemeansto match theirhatred. Theycouldattackouralliesorattempttoblackmailthe United States. In anyofthese cases, thepriceofindifferencewouldbecatastrophic [...]" (BUSH, 2003).

Sob uma ótica da escola de Copenhague, pode-se observar que tal pontuação carrega consigo típica gramática de securitização. Apresentando uma ameaça existencial, que se encontra, principalmente, no âmbito militar, George W. Bush busca legitimar e justificar as intervenções e operações no Oriente Médio pelos Estados Unidos, colocando-as acima da esfera da politização e no âmbito da segurança.

Essa enunciação demonstra, ainda mais claramente, as ambições de um projeto de macro-securitização pautado no combate ao terror. Fazendo-se uso de uma ameaça universal e de pautas cristalizadas da agenda liberal, principalmente de armas de destruição em massa (BUZAN, 2006), o presidente Bush, em seu ato de fala, divide o mundo em duas facções: aqueles que buscam a paz mundial e o eixo do mal.

“Eixo” é um termo carregado de simbologia dentro da história, pois, originalmente, foi empregado para descrever a aliança militar entre a Alemanha Nazista, a Itália Fascista e o Japão Imperial durante a Segunda Guerra Mundial. Heradstveit e Bonham (2007) argumentam que invocar tal imagem faz parte de uma construção intencional, uma vez que uma comparação favorável aos países do eixo é considerada impossível. Como forma de reforço a essa dicotomia, o binarismo bom/mal é apresentado. Assim como o eixo do mal apresenta seus protagonistas, os autores argumentam que eles se encontram diretamente opostos pelos “bons”, ou seja, EUA e sua coalizão.

Heradstveit e Bonham (2007) argumentam, também, que a invocação da imagem do eixo implica na existência de uma aliança entre os Coreia do Norte, Irã e Iraque. Algo que, na época, era visto como improvável, primeiramente devido ao pouco contato que a Coreia do Norte possuía com os países islâmicos e, também, devido as tensões existentes regionais entre Irã e Iraque.

O livro *Iran, Iraq, and the Legacies of War*, Shaul Bakhash (2004), detalha o passado conturbado dos atores. A guerra Irã-Iraque foi um conflito armado entre os países, que durou de 22 de setembro de 1980 até agosto de 1988. A disputa foi consequência de uma longa história de questões fronteiriças, além de parcialmente motivada pelos temores de que a Revolução Iraniana, ocorrida em 1979, inspirariam uma insurgência entre a maioria xiita iraquiana. Mesmo depois da resolução do conflito, as tensões regionais

continuaram elevadas, devido à pouca alteração no quadro de liderança de ambos os países.

Segundo o quadro regional, faria pouco sentido uma aliança entre ambos os países, porém, o presidente Bush ainda enunciou, em seu ato de fala, uma ameaça da suposta coligação. Tendo-se em mente as contribuições de Pasha (2005), é possível explicar o motivo da condição de emergência de tal enunciado.

O autor islâmico (2005) argumenta que, sob a ótica orientalista, o Islã encontra-se como uma entidade quase monolítica, transcendental ao tempo e à modernidade. Pode-se observar um exemplo dessa categorização ao ler os estudos de Huntington (1993), e de sua divisão entre civilizações. Devido à influência huntingtoniana na política norte-americana, fica claro a inspiração de George W. Bush em sua fala, uma vez que o imaginário popular categoriza os países islâmicos sob um único guarda-chuva conceitual.

No presente trabalho buscou-se criar uma metodologia, a fim de identificar orientalismos dentro de atos de fala securitizatórios. Para tal, se utilizou as categorias elencadas por Doty (1995) no processo colonial, sendo elas: negação, classificação e naturalização, identificando-as dentro de uma suposta fala orientalista. Logo, em sequência, conceituou-se orientalismo na sua forma moderna – Neo-orientalismo – e desconstruiu-se tal categorização.

A seguir, buscou-se aplicar tal metodologia em um momento específico, o discurso do eixo do mal, de George Bush, para averiguar sua capacidade analítica. Optou-se por focar no Irã como objeto de estudo, ainda que se tenha feito um estudo abrangente sobre o Islã como um todo.

Houve êxito na identificação de orientalismos nas falas securitizatórias do presidente Bush, e acredita-se que, ainda, a metodologia empregada tenha sido eficiente em seu propósito. Mas, é possível refiná-la para que seja empregada em futuros projetos.

Em outros eventos, seria de relevância acadêmica utilizar os conceitos delineados para identificar outros processos securitizatórios como, por exemplo, o caso nuclear iraniano, bem como tentar observar um evento de dessecuritização de um ator islâmico, para se observar quais significantes são empregados. Um exemplo perfeito para tal seria a Índia e a dessecuritização de seu projeto nuclear, fazendo um estudo comparativo com o movimento de securitização do Irã.

REFERÊNCIAS

Ayako, Liliam. Aspectos da Elaboração Orçamentária nos Estados Unidos. *Cadernos ASFI- CO*, n.1, v.1. Brasília: Câmara Legislativa do DF, 1996.

Balzacq, Thierry. The Three Faces of Securitization: political agency, audience and context. *European Journal of International Relations*. 2005.

Bottici, Chiara e Challand, Benôit. Rethinking Political Myth: The Clash of Civilizations as a Self-Fulfilling Prophecy. *European Journal of Social Theory*, [S.l.], v.9, n.3, p.315-336, ago. 2016. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/toc/esta/9/3>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

Bush, George W. President Delivers State of the Union Address. *The White House*. 2002. Disponível em: <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>>. Acesso em: 19 set. 2017.

Bush, George W. Address to a Joint Session of Congress and the American People. *The White House*. 2001. Disponível em: <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010920-8.html>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

Bush, George W. President Bush Addresses the 89th Annual National Convention of the American Legion. *The White House*. 2007. Disponível em: <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2007/08/20070828-2.html>>. Acesso em: 19 set. 2017.

Buzan, B., Weaver, O. e de Wilder, J. *Security – A New Framework for Analysis*. Colorado: Lynne Rinner Publishers, Inc., Boulder. 1998

Buzan, Barry. *The War on Terrorism as the new macro-securitisation?* Oslo Workshop, fev. , 2006.

Chomsky, Noam. *Rogue States: The Rule of Force in World Affairs*. Pluto Press. 2000. ISBN 978-0-7453-1708-3.

Clinton, Bill. *Remarks by the President on U.S. - China Relations in the 21st Century*. 1998. Disponível em: <<http://clinton2.nara.gov/WH/New/html/19980611-18132.html>>. Acesso em: 23/09/2017.

Doty, Roxy. *Imperial Encounters: the politics of representation in North-South Relations*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

Estados Unidos. *Constituição dos Estados Unidos da América*. Disponível em: <<http://www.embaixada-americana.org.br/index.php>>. Acesso em: 20 de jun de 2018.

Jones, Branwen Gruffyd. *Decolonizing international relations*. Rowman & Littlefield Publishers, 2006

Hamady, Sania. *Temperament and character of the Arabs*. Michigan: Twayne Publishers, 1960.

Heradstveit, Daniel e Bonham, G. Matthew. What the Axis of Evil Metaphor did to Iran. *Middle East Journal*, [S.l.], v.61, n.3, p. 421-440, jan. 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4330418?origin=JSTOR-pdf&seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 18 set. 2018.

Huntington, Samuel Phillips. *The Clash of Civilizations?* Foreign Affairs. 1993.

Huntington, Samuel Phillips. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York: SIMON and SCHUSTER, 1996. 367p. v.1.

Nogueira, João Pontes e Messari, Mizar. *Teorias de Relações Internacionais: uma introdução crítica*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

Pasha, Mustapha. Human Security and Exceptionalism(s): Human Security and Exceptionalism(s): Securitization, Neo-liberalism and Islam. In: SHANI, Giorgio e SATO, Makoto (Org.). *Protecting Human Security in a Post 9/11 World Critical and Global Insights*. [S.l.: s.n.], 2007. cap. 12, p.177-192.

Pasha, Mustapha Kamal. *Fractured Worlds: Islam, Identity, and International Relations*. *Global Society*. 2005

Pasha, Mustapha Kamal. Islam, 'Soft' Orientalism and Hegemony: A Gramscian Rereading. *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, 8:4, 543-558, 2005.

Pasha, Mustapha Kamal. Predatory Globalization and Democracy in the Islamic World. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science, Philadelphia*, v.581, p.121-132, maio. 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1049711?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 16 set. 2018.

Salter, Mark B. Securitization and desecuritization: a dramaturgical analysis of the Canadian Air Transport Security Authority. *Journal of International Relations and Development*, [S.l.], v.11, n.4, p.321-349, jan. 2008. Disponível em: <<https://link.springer.com/content/pdf/10.1057/jird.2008.20.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

Said, Edward. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Said, Edward. The Clash of Ignorance. *The Nation*, October ,2001.

Seth, Sanjay. *Post-colonial Theory and International Relations: A critical introduction*. Routledge, 2013.

Schmitt, Eric; Shanker, Thom U.S. Officials Retool Slogan for Terror War. *New York Times*. 26 July 2005. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2005/07/26/politics/us-officials-retool-slogan-for-terror-war.html>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

Sulovic, Vladimir. Meaning of Security and Theory of Securitization. *Belgrade Center for Security Police*. Disponível em: <[http://www.bezbednost.org/upload/document/sulovic_\(2010\)_meaning_of_secu.pdf](http://www.bezbednost.org/upload/document/sulovic_(2010)_meaning_of_secu.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2017.

Waltz, Kenneth. *Theory of International Politics*. Addison-Wesley, 1979.
Weaver, Ole. 'Securitization and Desecuritization'. In: Lipschutz, Ronnie D., (Ed.). *On Security*. 46–86, New York: Columbia University Press, 1995.